

MAPEAMENTO 2015- PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

I PROCURADORIAS REGIONAIS, AUTARQUIAS, PROCON E PROC. BRASILIA:

TOTAL DE CARGOS DE PROCURADOR NA UNIDADE	25
Número de cargos de Procurador providos em exercício.....	24
Número de Cargos de Procurador providos afastados.....	00
Número de cargos de Procurador vagos.....	01
Previsão de aposentadorias até dezembro de 2016.....	01
TOTAL DE CARGOS DE SERVIDORES NA UNIDADE.....	20
Número de cargos de servidores providos em exercício.....	19
Número de cargos de servidores providos afastados.....	01
Número de cargos de servidores vagos.....	01
Previsão de extinção de cargos (Número de servidores da Lei 500/74).....	07
Previsão de aposentadorias até dezembro de 2016.....	04
TOTAL DE VAGAS PARA ESTAGIÁRIOS.....	38
Número efetivo de estagiários.....	38
Número de vagas abertas.....	00

*Esclareço que duas Procuradoras do Estado da área do Contencioso Geral irão em breve entrar em gozo de licença maternidade pelo período de seis meses, o que trará enorme dificuldade para as bancas remanescentes.

RESPOSTAS AOS QUESITOS:

“CHEFIAS”

Qual o número de Procuradores vinculados à Chefia da Unidade, a cada Subprocuradoria e/ou Seccional (especificar o número de procuradores em atividade nas bancas, chefes e/ou assistentes)?

Ao todo são 24 (vinte e quatro) Procuradores do Estado vinculados à Chefia da Unidade. 14 (Catorze) Procuradores integram a 1ª Subprocuradoria do Contencioso Geral e 8 (oito) Procuradores integram a 2ª Subprocuradoria Fiscal, incluindo seus respectivos chefes. 13 (Treze) Procuradores do Contencioso Geral têm banca, sendo 3 (três) destes, chefe de Seccional com banca. 07 (sete) Procuradores do Contencioso Tributário Fiscal tem banca, sendo 2 (dois) destes, chefes de seccional com banca. O chefe da 1ª Subprocuradoria desenvolve atividades administrativas e atua com banca reduzida. O Chefe da 2ª Subprocuradoria Tributário Fiscal desenvolve atividades administrativas da área e apoia as bancas.

Segue breve organograma das Chefias:

PR-8 - TOTAL PROCURADORES EM ATIVIDADE: 24

PROCURADOR DO ESTADO CHEFE: 01

PROCURADOR ASSISTENTE: 01

PROCURADORES VINCULADOS A 1ª SUBPROCURADORIA: 14 (incluído o Chefe da 1ª Sub)

PROCURADORES VINCULADOS A 1ª SECCIONAL DA 1ª SUB: 11

PROCURADORES VINCULADOS A 2ª SECCIONAL DA 1ª SUB: 01

PROCURADORES VINCULADOS A 3ª SECCIONAL DA 1ª SUB: 01

PROCURADORES VINCULADOS A 2ª SUBPROCURADORIA: 08 (Incluído o Chefe da 2ª Sub)

PROCURADORES VINCULADOS A 1ª SECCIONAL DA 2ª SUB: 06

PROCURADORES VINCULADOS A 2ª SECCIONAL DA 2ª SUB: 01

Qual o número de servidores vinculados à chefia da Unidade, a cada Subprocuradoria e/ou Seccional?

SERVIDORES

TOTAL DE SERVIDORES: 18 + 01 (CONCEDIDA PELA SEC. SAÚDE)

SERVIDORES VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO: 08

SERVIDORES VINCULADOS A 1ª SECCIONAL DA 1ª SUBPROCURADORIA: 03

SERVIDORES VINCULADOS A 2ª SECCIONAL DA 1ª SUBPROCURADORIA: 01

SERVIDORES VINCULADOS A 3ª SECCIONAL DA 1ª SUBPROCURADORIA: 01

SERVIDORES VINCULADOS A 1ª SECCIONAL DA 2ª SUBPROCURADORIA: 01

SERVIDORES VINCULADOS A 2ª SECCIONAL DA 2ª SUBPROCURADORIA: 02

SERVIDORES VINCULADOS AO SERVIÇO DE ENGENHARIA E CAD. IMOBILIARIO: 03

Qual o número de estagiários vinculados à chefia da unidade, a cada Subprocuradoria e/ou Seccional?

ESTAGIÁRIOS:

TOTAL ESTAGIÁRIOS: 38

ESTAGIÁRIOS VINCULADOS A 1ª SUBPROCURADORIA: 27

ESTAGIÁRIOS VINCULADOS A 2ª SUBPROCURADORIA: 11

O Chefe da Unidade, das Subprocuradorias e/ou das Seccionais atuam em banca com processos judiciais/fiscais/administrativos? Especificar quais chefes/assistentes atuam em bancas, qual a quantidade e o tipo de processo em trâmite nessas bancas.

O Procurador Chefe da Unidade tem atuação eminentemente administrativa. O Chefe da 1ª Subprocuradoria atua com banca reduzida de processos, especialmente nas ações de usucapião, após a elaboração do laudo por parte do setor de Engenharia -SECI-8. Também participa de audiências, em colaboração aos colegas da área, além das atividades administrativas. O Chefe da 2ª Subprocuradoria do Contencioso Tributário Fiscal dá apoio aos colegas em sua atuação junto às Bancas do Contencioso Fiscal. Na área judicial atua junto às 7.ª e 8.ª Varas Cíveis da Comarca de S.J. Rio Preto (inventários e questões envolvendo a expedição de certidões para inscrição de taxa judiciária na dívida ativa). Substitui a banca do colega Paulo Castro (Seccional de Catanduva) quando dos afastamentos deste da PR-8 por férias ou qualquer outro motivo.

Na Unidade são recebidos mandados judiciais? Quem os recebe?

A Unidade recebe mandados dos Oficiais de Justiça, nos termos da Resolução PGE Nº 12, de 3 de maio de 2013. Quem recebe os mandados é a Procuradora do Estado Assistente, com o apoio de funcionários da PR-8 e, supletivamente, o Procurador Chefe da 2ª Subprocuradoria e o Chefe da Unidade.

Quais são as demais outras atividades desempenhadas pelas chefias e assistentes acima detalhados?

O Chefe da Unidade exerce atribuições administrativas, tais como receber autoridades em geral, mandados e notificações afetas à Regional, via notes, ações novas, intimações, citações, designações, responde a mandados de segurança, no âmbito de sua competência, como autoridade impetrada, representa a PR8 nos eventos oficiais, superintende os serviços

jurídicos e administrativos da Unidade, além de estabelecer, supervisionar e gerenciar os contratos como ordenador de despesa da Unidade, manifesta-se nos pedidos de dispensa e desistência de recursos inominados e de apelação, no âmbito do contencioso Geral e recomenda deferimento ou indefere requerimentos de dispensa recursal na área tributário Fiscal junto ao Subprocurador Geral do Estado da respectiva área. Efetua análise em processos administrativos junto à Secretaria da Fazenda relativos a restituições e devoluções de numerários pagos indevidamente pelo contribuinte. Manifesta-se nas representações formuladas pelos Procuradores do Estado, aprova minutas de peças processuais, realiza a interlocução da PGE com os demais órgãos da administração pública, Poder Judiciário e Ministério Público, em temas ou demandas sob o acompanhamento da Unidade. Identifica, quando o caso, as demandas de acompanhamento especial; realiza a interlocução entre a PR-8 e as Procuradorias Especializadas e demais Regionais, assim como a Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília, com vista à uniformização de teses, posturas e procedimentos; realiza regularmente levantamento quantitativo e qualitativo sobre a atuação dos Procuradores em exercício na Unidade, sugerindo, se o caso, providências a serem adotadas pela Administração no tocante a redução da litigiosidade. Autoriza a celebração de acordos ou transações dentro de seu limite de alçada, corrige e autentica os relatórios mensais de todos os Procuradores lotados na Regional, manifesta-se nos relatórios trimestrais dos Procuradores em estágio confirmatório, realiza encaminhamentos de pastas digitais ou sub-pastas digitais a outras Unidades da PGE, inclusive a de Brasília, através do sistema PGE-NET, monitora a distribuição e equilíbrio entre as bancas da Regional, recebe e encaminha mensagens notes para a solução de problemas diversos, procede e/ou referenda avaliação dos funcionários da Regional, promove e organiza reuniões com funcionários, Procuradores etc

A Procuradora do Estado Assistente ainda exerce atribuições como Procuradora Vinculada à Coordenadoria dos Precatórios, encaminhando dúvidas à especializada, respondendo questões ou intermediando respostas ao Juízes e aos colegas. Atua nos processos e expedientes administrativos PPI da Regional, com contatos com os representantes dos entes municipais e notariais, Coordenadoria de Assuntos Fundiários (CAF) etc. e cumpre parcialmente cartas precatórias, com oitivas de testemunhas diversas, a requerimento da Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares, emite pareceres nos processos administrativos licitatórios etc. Manifesta nas Retificações Administrativas de Área e Georreferenciamento junto aos Cartórios de Registros de Imóveis, inclusive intermediando as medidas para consulta ao DAEE quando existe confronto com rio navegável. Promove Inscrições de Multa Penal com prazo prescricional próximo, quando solicitado pelos colegas das Bancas. Administra os assuntos referentes ao credenciamento/distribuição de estagiários e escalas mensais para idas aos Fóruns de São José do Rio Preto. Orienta os funcionários no que solicitada, principalmente, no Setor do Protocolo, PGE. NET e Diretoria de Administração. Auxilia as Chefias da 1ª e 2ª Subprocuradorias, quando solicitada. Auxilia as Seções de Material e Patrimônio e Finanças na instrução dos procedimentos licitatórios, quando solicitada. Auxilia na fixação/avaliação das metas dos funcionários para o PIPQ, diretamente no que se refere aos funcionários do SECI-8 e demais servidores, quando necessário e solicitada. Atende a Prefeitos (para PPIs) e outras Autoridades, nos assuntos referente ao patrimônio imobiliário ou outras questões relativas à Regional, a pedido da Chefia ou em sua ausência. Auxilia e faz intervenção geral na manutenção da ordem das dependências físicas da repartição, orientando e providenciando

diligências para que não haja desperdício ou falta de algo (encaminhamento de borra de café das máquinas, campanha de economia de material, energia elétrica, pilha em relógio, retirada de material inservível etc).

O Chefe da 1ª Subprocuradoria exerce as seguintes atribuições: **a)** validação e distribuição de processos novos cadastrados no pge.net e concernentes à atuação do contencioso geral, atividade que envolve também um constante trabalho de orientação daquele setor; **b)** apreciação meritória de pedidos de dispensa recursal de decisões proferidas em grau de recurso e de representações diversas, cujo objeto se enquadre nos limites de alçada e outras hipóteses estabelecidas pelas Rotinas do Contencioso Geral; **c)** manifestação opinativa (recomendações) em pedidos de dispensa recursal de decisões proferidas em primeira instância e em representações diversas, cujo objeto não se enquadre nos limites de alçada e outras hipóteses estabelecidas pelas Rotinas do Contencioso Geral; **d)** solicitações de encaminhamento de pastas eletrônicas ou subpastas para outra área ou outras unidades da PGE; **e)** atuação em todas as ações de usucapião propostas no âmbito da regional; **f)** atuação em banca reduzida, composta de processos do contencioso geral em trâmite pela comarca de São José do Rio Preto, envolvendo as áreas trabalhistas, residual e servidor; **g)** participação regular em audiências nas mais diversas comarcas da regional, em auxílio às bancas com maior volume de trabalho; **h)** deslocamento eventual às comarcas para prestar auxílio aos colegas das bancas no que diz respeito à devolução, carga e extração de cópias em processos judiciais; **i)** envio e recebimento de notes envolvendo os mais diversos assuntos de interesse do contencioso geral; **j)** elaboração e envio semanal ao cartório de lista de processos para carga nas Varas da Fazenda Pública da Comarca de São José do Rio Preto; **l)** coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos procuradores lotados no contencioso geral da regional (13), o que envolve diário intercâmbio com as bancas para suporte jurisprudencial e orientação dos trabalhos, objetivando uma atuação uniforme e a melhor defesa dos interesses da Fazenda Pública e suas autarquias; **m)** monitoramento constante da carga de trabalho desempenhada pelas bancas, de modo a identificar eventuais distorções na distribuição dos processos entre elas e respaldar eventuais ajustes que se façam necessários para a manutenção do máximo equilíbrio possível entre os colegas; **n)** emissão de manifestações nos relatórios trimestrais elaborados pelos Procuradores da regional que estão em estágio probatório; **o)** manifestação administrativas exaradas nos mais diversos processos/procedimentos administrativos de interesse da área, destacando-se, nos últimos meses, os expedientes enviados pela Subprocuradoria do Contencioso Geral para informações relativas aos processos em que houve determinação de bloqueio de verba pública, medida sistematicamente determinada pelos juízes da região; **p)** reuniões periódicas com a chefia da regional para resolução de problemas relacionados com a atuação do contencioso geral.

O Chefe da 2ª Subprocuradoria realiza, ainda, atendimento pessoal a contribuintes diariamente. Procede a análise e decisão no tocante aos expedientes administrativos encaminhados à Regional, com destaque para requerimentos de expedição de certidão positiva com efeito de negativa, substituição de GIA e STDA e cancelamentos e correções de inscrições. Tem, ainda atuação junto ao PGE.Net (validações, análise de solicitações de dispensa de recurso, arquivamentos etc). Efetua avaliação dos funcionários vinculados à 2.ª Subprocuradoria.

A Unidade possui orçamento próprio? Qual o valor previsto no orçamento de 2014 e o efetivamente gasto?

Sim. A Procuradoria Regional de São José do Rio Preto possui orçamento próprio. Segue no quadro abaixo, o valor previsto no orçamento de 2014 e o efetivamente gasto:

UGE -400117 – PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CATEGORIA DE DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA /2014	DOTAÇÃO INICIAL/2014	GASTO DA UNIDADE/2014
3-DESPESA CORRENTE	R\$ 1.103.515,16	R\$ 1.182.658,59	R\$ 792.737,14
4-MATERIAL PERMANENTE	R\$ 165.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Caso entenda necessário, especificar de forma resumida e objetiva as peculiaridades da atuação na unidade.

A Procuradoria Regional de São José do Rio Preto (PR-8) possui uma vasta extensão territorial e abrange 102 (cento e dois) municípios. Há Comarcas que estão muito distantes da sede, como é o caso de Jales, Santa Fé do Sul, Palmeira D'Oeste e Urânia .

“BANCAS”

Qual o número total de processos judiciais e administrativos acompanhados na unidade (discriminando entre fiscal e judicial)?

Processos Judiciais:

Área fiscal: 1.645 processos judiciais e 34.222 execuções fiscais em processos físicos e 1.447 execuções fiscais eletrônicas totalizando 35.669 execuções fiscais.

Área Judicial: 32.274 processos judiciais.

Processos e expedientes Administrativos:

Área fiscal: 2.372

Área Judicial: 4.141

As pastas de acompanhamento estão totalmente digitalizadas? Em caso negativo, informar a quantidade de pastas físicas existentes (discriminando entre fiscal e judicial).

Remanescem pastas administrativas em poder das bancas, mormente aquelas referentes a processos em tramitação no 2º grau de jurisdição.

Pastas Administrativas:

Área Fiscal: 106 pastas físicas.

Área Judicial: 1.373 pastas físicas.

Há especialização de banca? Qual o número de Procuradores e suas atribuições (especialmente, ambiental-imobiliário, sanitário e trabalhista)?

Não há especialização de bancas na Regional em razão do número insuficiente de Procuradores para essa implementação.

Qual o número de Comarcas atendidas pela Unidade?

São 29 Foros entre Comarcas e Varas Distritais.

Qual a quilometragem média mensal percorrida por Procurador da Unidade nos últimos seis meses (discriminando entre fiscal e judicial e por Seccional, se houver).

Área Fiscal: 181,57 KM mensais por Procurador.

Área Judicial: 319,64 KM mensais na média por Procurador.

Qual a quilometragem até a comarca mais distante da sede (em caso de Seccional instalada, informar por Seccional)?

A Comarca mais distante é Santa Fé do Sul a 191 km de distância. Ida e volta no mesmo dia representa 382 km percorridos desde a sede. Não há Seccional instalada.

Qual o número de viaturas existentes (discriminar entre terceirizadas e próprias)?

São duas viaturas. Uma própria e outra terceirizada com motorista.

Qual o número médio de audiências realizadas por Procurador da Unidade nos últimos seis meses (discriminando entre fiscal e judicial).

Área fiscal: Há bem poucas audiências na área fiscal: 0,12 de média nos últimos seis meses.

Área Judicial: 2,82 na média, por Procurador.

Qual o número médio de audiências que deixaram de ser realizadas na área trabalhista em razão da Resolução PGE 21/2014, nos últimos seis meses?

Os Procuradores deixaram de comparecer a 137 audiências na área trabalhista nos últimos seis meses, em virtude da Resolução acima citada, o que corresponde à média de 22,83 audiências/mês na Regional.

Qual o número médio de processos judiciais novos recebidos por Procurador na Unidade nos últimos seis meses (discriminando entre fiscal e judicial)?

Área Fiscal: 7,43 processos judiciais mensais na média por Procurador.

Área Judicial: 40,02 processos judiciais mensais por Procurador na média.

Qual o número médio de processos arquivados por Procurador da Unidade nos últimos seis meses (discriminando entre fiscal e judicial)?

Área fiscal: 28,38 em média.

Área Judicial: 20,25 arquivamentos por mês, na média.

Há acompanhamento de processos judiciais em outros Estados da Federação? Qual o número de processos?

Há dois casos recentes de ações propostas fora do Estado de São Paulo e que envolvem o DETRAN.

ÁREA FISCAL

O número de Procuradores com atuação na área fiscal?

A PR-8 conta atualmente com 8 (oito) Procuradores atuando na área do Contencioso Tributário Fiscal. Sete (07) bancas que atuam indistintamente como Fazenda Autora e Fazenda Ré e um (01) Chefe de Subprocuradoria.

O número médio de processos judiciais por Procurador nas bancas fiscais:

O número médio de processos judiciais por Procurador na área fiscal é de 235 (Duzentos e trinta e cinco).

O número médio de manifestações mensais por Procurador (defesas, petições diversas, recursos e contrarrazões de recurso) nos últimos seis meses (especificar por banca “Fazenda-autora”, “Fazenda-ré” e Especializadas, se o caso;

O número médio de manifestações mensais por Procurador na área fiscal é o seguinte:

Respostas (defesa): 9,36

Petições diversas: 183,45

RECURSOS:

Razões: 6,05

Contrarrazões: 2,64

Todas as bancas fiscais tem atuação como “Fazenda-autora” e “Fazenda-ré”.

O número médio de processos administrativos por Procurador por Seccional nas bancas fiscais (separados por “Fazenda-autora”, “Fazenda-ré” e Especializadas, se o caso);

Número médio de processos administrativos, por Procurador:

56,48 na média.

Todas as bancas fiscais tem atuação como “Fazenda-autora” e “Fazenda-ré”.

O número médio mensal de manifestações administrativas por Procurador na área fiscal, nos últimos seis meses;

76,69 de média mensal.

O número médio mensal de atendimento a contribuintes nos últimos seis meses(separados por “Fazenda-autora” e “Fazenda-ré”);

37,45 ao mês por Procurador.

Todas as bancas fiscais tem atuação como “Fazenda-autora” e “Fazenda-ré”.

O número médio mensal de manifestações judiciais em relação ao ITCMD, Multas Penais e Multas em geral inscritas na Dívida Ativa por Procurador, nos últimos seis meses;

45,95 ao mês.

Conforme, ainda, levantamento do SAP 8.2 (Tributário Fiscal) de acordo com as relações de remessa do setor, circularam pela Regional de São José do Rio Preto 1.277 (mil duzentos e setenta e sete) expedientes de ITCMD e 3.496 (Três mil quatrocentos e noventa e seis) processos/expedientes administrativos diversos da área tributário fiscal no período de Dezembro de 2014 a 31/05/2015, totalizando 4.773 processos/expedientes administrativos.

O número médio mensal de processos de execução fiscal recebidos por Procurador, nos últimos seis meses;

29,02 execuções fiscais/mês. Ressalto, porém, que só no mês de novembro de 2014 foram distribuídas 1.061 execuções fiscais eletrônicas, quando do início do processo virtual em São José do Rio Preto, o que representou, na média, 151,57 execuções fiscais por Procurador só neste mês, mas que não está aqui contabilizado em razão de estar fora do período de Dezembro/2014 a Maio/2015.

ÁREA JUDICIAL

O número de Procuradores com atuação na área judicial;

A área judicial da PR-8 conta atualmente com 14 Procuradores do Estado, sendo 13 com banca integral e o Chefe da 1ª Subprocuradoria com banca reduzida.

O número médio de processos por Procurador nas bancas judiciais (discriminando por especializada se houver);

Não há bancas especializadas.

2.305 processos é o número médio de processos por Procurador em 31/05/2015.

O número médio de prazos mensais por Procurador (defesas, recursos, petições diversas e contrarrazões de recurso, petições iniciais) nos últimos seis meses;

Respostas (defesas): 40,82 ao mês por Procurador na média.

Recursos: 33,45 por mês, por Procurador.

Petições diversas: 59,62 por mês, por Procurador.

Contrarrazões de recurso: 9,23 ao mês, por Procurador.

Petições iniciais: 0,23 ao mês em média, por Procurador.

O número médio de processos administrativos de PPI por Procurador e o número médio de manifestações administrativas por Procurador nesses processos nos últimos seis meses;

Os processos administrativos relativos à PPI são acompanhados pela Procuradora Assistente, no Gabinete da PR-8.

Nos últimos seis meses houve manifestação em 85 expedientes e processos administrativos envolvendo assuntos e questões afetas a PPI e 62 manifestações em expedientes relativos a retificações administrativas de áreas urbanas ou rurais.

Há 100 expedientes e processos administrativos físicos de PPI em poder da Procuradora Assistente com tramitação dependente de minutas, escrituras, ofícios, juntada de documentos etc.

BANCAS MISTAS:

Inexistem bancas mistas do Contencioso Tributário Fiscal e Contencioso Geral na PR-8.